



Análise das políticas educacionais brasileiras: uma reflexão Crítica sobre a relação entre Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.

Bárbara F. Estevanato*, Debora Mazza.

Resumo: A EJA aparece como direito sobretudo a partir da constituição de 1988, se consolidando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/1996), sendo articulada preferencialmente com a Educação Profissional (EP), de maneira que essas duas modalidades da educação passaram por muitas mudanças nos últimos anos. Por esse motivo, este trabalho objetivou traçar a trajetória das políticas educacionais da EJA vinculada a EP, adotando como referência teórico-metodológica o ciclo de políticas. A partir dos resultados obtidos é possível apontar que as políticas de EJA e EP se constituem por meio do discurso da necessidade de treinamento eficiente da mão-de-obra e da demanda da necessidade da elevação da escolarização do trabalhador brasileiro, mas que devido as novas dinâmicas do mundo do trabalho, a relação entre educação e qualificação ocorre de forma muito mais complexa e contraditória do que as intenções da política conseguem expressar.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) aparece como direito sobretudo a partir da constituição de 1988, se consolidando institucionalmente como modalidade da Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/1996), sendo articulada preferencialmente com a Educação Profissional (EP). Desta forma, essas duas modalidades da educação passam a fazer parte dos processos de aprendizagem para atenderem demandas sociais e individuais, baseado no discurso da necessidade dessa população de jovens e adultos se inserirem na estrutura econômica de acordo com as demandas instáveis e incertas que os empregadores sinalizam, de maneira que essas duas modalidades da educação passaram por diversas mudanças nos últimos anos para atender essas necessidades.

Por esse motivo, este trabalho objetivou traçar a trajetória das características da EJA vinculada a EPT, fazendo um levantamento das políticas educacionais através das legislações e programas, discutindo-as por meio da análise de suas formulações, examinando as concepções que estreitam as relações entre o mundo do trabalho e as demandas econômicas e sociais.

Resultados e Discussão

O trabalho analisa as políticas públicas (SECCHI, 2012) como uma materialidade que apresenta disputas e conflitos que envolvem atores, instituições e circunstâncias, e que expressa o governo em ação e promovem maior ou menor cobertura, segurança e igualdade no território nacional. Desta maneira, adotou-se como referência teórico-metodológica a análise do ciclo de políticas (*policy cycle approach*).

Fazendo uma explanação por governos, pode-se observar que nos períodos de Fernando Henrique Cardoso, encontra-se a EJA institucionalizada mas sem nenhuma integração específica da EP com a Educação Básica. No longo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorre a criação

do PROEJA. Mais tarde, é formulado o PROJOVEM que oferece formação profissional rápida para desempregados. No governo de Dilma Rousseff, é desenvolvido o PRONATEC com parceria público-privado. Além disso, começa a surgir propostas de integração da modalidade da Educação Básica da EJA com a EP por meio da Educação a Distância.

Mais recentemente, Michel Temer em seu curto período no governo, homologa a reforma do Ensino Médio, a reforma trabalhista e terceirização que alteram as configurações da EJA pois propõem novas dinâmicas no setor produtivo e também na organização da EP dentro da educação básica.

Conclusões

A partir da pesquisa é possível apontar que as políticas públicas da EJA se constituem por meio da narrativa de necessidade de treinamento eficiente da mão de obra e também pela demanda de elevação da escolarização do brasileiro, aparecendo nesse cenário a integração e articulação entre EJA e EP.

Deste modo, a educação adquire uma dimensão instrumental ligada a formação necessária para se conseguir emprego, mas que devido as novas organizações do mundo do trabalho, essa promessa não se cumpre (ANTUNES, 2018). Assim, a pesquisa aponta que a relação entre educação, formação e trabalho ocorre de forma mais complexa e contraditória do que as políticas conseguem expressar.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Iniciação Científica.

ANTUNES, Ricardo. Privilégio Da Servidão. Boitempo Editorial, 2018.
BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394,2-de Dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.
SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. Cengage Learning, 2012.